

Segundas opiniões formativas em Saúde Bucal no Programa Telessaúde Brasil Redes

Formative Second Opinion about oral health in Brazilian Telehealth Program

Luiza de Almeida Queiroz Ferreira¹; Rogéli Tibúrcio Ribeiro da Cunha Peixoto²; Rafaela da Silveira Pinto³; Fernanda Ribeiro Pedrosa⁴; Maria Inês Barreiros Senna⁵

Resumo

Objetivos: Apresentar estudo bibliométrico realizado com as Segundas Opiniões Formativas da área de Odontologia do Programa Telessaúde Brasil Redes. *Materiais e métodos:* O estudo englobou as SOF publicadas entre setembro de 2007 a julho de 2018. As SOF são apresentadas nos seguintes tópicos: áreas temáticas, profissionais e teleconsultores. A partir dos tópicos, foram aplicados os filtros para a busca das SOF: Saúde Bucal (área temática) e Dentistas e Auxiliares em Saúde Bucal (profissionais). As SOF foram classificadas de acordo com o Núcleo de Telessaúde responsável pela elaboração e ano de publicação. As Segundas Opiniões Formativas foram categorizadas por duas pesquisadoras e, em caso de divergência, uma terceira pesquisadora era consultada para consenso final e, em seguida, foi realizada análise descritiva. *Resultados:* Foram analisadas 142 Segundas Opiniões Formativas. Destas, 42% se referiam à conduta relacionada ao tratamento do paciente e 15% abordavam o processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde. O Núcleo de Telessaúde do Rio Grande do Sul publicou o maior número (58,87%) das Segundas Opiniões Formativas. *Conclusão:* O estudo revela a relevância, abrangência das SOF e aponta desafios para seu avanço no âmbito da educação permanente das equipes de saúde bucal.

Palavras-chave: Consulta Remota, Telemedicina, Educação a Distância, Saúde Bucal

Abstract

Aims: Present a scientific production of the Formative Second Opinion in the Dentistry field in the context of Brazilian Telehealth Program, published in the Virtual Health Library in Primary Health Care. *Materials and methods:* The search was performed using the following filters: dentists, dental hygienist and oral health. The data collected included when the Formative Second Opinion was published and the Telehealth Center responsible for publishing. The Formative Second Opinions were classified by field of knowledge by two researchers, if the opinion was divergent, a third was consult. Data were analyzed according to descriptive statistical analysis. *Results:* A total of 142 Formative Second Opinion published from 2007 to 2018 was analysed. 42% of the Formative Second Opinions corresponded to an association about diagnosis and treatment and 15% were related to the work process in the Primary Health Care. The Telehealth Center of Rio Grande do Sul was responsible for the largest number of publications (58.87%), followed by Espírito Santo (10.64%). *Conclusion:* The Bibliometric Study

about the Formative Second Opinion contributed to visualize the scene of oral health doubts that Brazilian professionals have, and understand the process of publishing Formative Second Opinion and with Telehealth Centers are accomplish this activity.

Keywords: Remote Consultation, Telemedicine, Education, Oral Health

-
1. Aluna de Graduação – Faculdade de Odontologia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
 2. Professora do Departamento de Odontologia Restauradora – Faculdade de Odontologia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. - Doutora
 3. Professora do Departamento de Odontologia Social e Preventiva - Faculdade de Odontologia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. - Doutora
 4. Aluna de Graduação – Faculdade de Odontologia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
 5. Professora do Departamento de Clínica, Patologia e Cirurgia - Faculdade de Odontologia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. - Doutora
-

Introdução

O Programa Nacional de Telessaúde teve seu desenvolvimento a partir de um contexto internacional, no qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a fim de fortalecer os sistemas nacionais de saúde¹. Em 2007, o Ministério da Saúde implementou o Programa Nacional de Telessaúde visando à educação e mudanças na prática do trabalho em saúde buscando a melhoria da qualidade do atendimento ofertado no nível da Atenção Primária em Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). As atividades são destinadas aos profissionais de saúde e são realizadas pelos Núcleos de Telessaúde, criados no âmbito das universidades públicas com experiências em Telemedicina e Telessaúde. Durante o projeto piloto foram criados nove núcleos nos estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O Programa Telessaúde Brasil Redes conta hoje com a participação de 23 estados. Os núcleos foram responsáveis pela coordenação e implementação do projeto e atuam na formulação e gestão das atividades de Teleconsultorias, Telediagnósticos e Segunda Opinião Formativa (SOF)², além das webconferências, dentre

outras atividades. As aplicações do Telessaúde se estendem para as atividades de Teleeducação e Teleassistência, por meio das TIC, que correspondem a todas as tecnologias que facilitam a coleta, o processamento, o armazenamento e a troca de informações por meio da comunicação eletrônica³.

As teleconsultorias e as SOF são atividades de grande importância no apoio assistencial a profissionais da área da saúde visando ampliar a sua capacidade resolutiva. A Teleconsultoria é definida como uma consulta registrada e realizada entre trabalhadores, profissionais e gestores da área de saúde, por meio das TIC aos consultores previamente cadastrados. Tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho⁴. As Teleconsultorias são classificadas em síncronas, quando acontecem em tempo real (online) e assíncronas quando a conexão não é de forma simultânea e sim, posterior, via websites ou em plataformas⁵. No Brasil, a forma assíncrona é predominante, uma vez que existem problemas relacionadas a conexão da internet em regiões remotas⁶.

O Ministério da Saúde define a SOF como uma resposta sistematizada, construída com bases bibliográficas, por meio de evidências científicas e clínicas. São perguntas originadas das Teleconsultorias que

mapeiam as principais dúvidas que os profissionais da APS apresentam, sendo selecionadas a partir de critérios de relevância e pertinência em relação às diretrizes do SUS. Constituem parte das atividades dos Núcleos de Telessaúde e são publicadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), direcionada à APS, em forma de pergunta e resposta sistematizada, acompanhada de referências bibliográficas⁴. A BVS/APS é uma plataforma que surgiu em 2007, por meio de uma cooperação entre o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) e o Ministério da Saúde. O seu objetivo é gerenciar informações científicas relacionadas à APS, promovendo acesso ao conhecimento científico, apoiando as atividades relacionadas ao Programa Telessaúde Brasil Redes. Trata-se de importante plataforma digital que disponibiliza recursos para a educação permanente dos trabalhadores do SUS sobre problemas e práticas no campo da APS.

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo bibliométrico da produção científica de SOF da área de Odontologia no contexto do Programa Telessaúde Brasil Redes publicadas na BVS/APS.

Materiais e Métodos

Um estudo bibliométrico descritivo e quantitativo foi realizado para avaliar os índices de produção científica das SOF na área de saúde bucal publicadas na plataforma BVS/APS (<https://aps.bvs.br/>). Os indicadores bibliométricos mostram a produção científica de acordo com o campo do conhecimento, tipos de documentos e os principais autores e instituições.

O estudo englobou as SOF publicadas desde setembro de 2007 a julho de 2018. As SOF são apresentadas nos seguintes tópicos: áreas temáticas, profissionais e teleconsultores. A partir dos tópicos, foram aplicados os filtros para a busca das SOF: Saúde Bucal (área temática)

e Dentistas e Auxiliares em Saúde Bucal (profissionais).

Quanto à área temática, um total de 101 SOF foram classificadas como Saúde Bucal. Quanto ao tópico profissionais, 116 SOF foram demandadas por “Dentistas” e oito por “Auxiliares em Saúde Bucal”.

Ao comparar os resultados das buscas, verificou-se duplicação de SOF. As SOF duplicadas foram excluídas da busca do tópico profissionais. O fluxo de seleção das SOF pode ser visto na **Figura 1**. No filtro Saúde Bucal foram encontradas 101 SOF, no filtro Dentistas, 39 SOF e duas SOF no filtro Auxiliares de Saúde Bucal. No total, foram analisadas 142 SOF e excluídas 83 SOF por duplicidade.

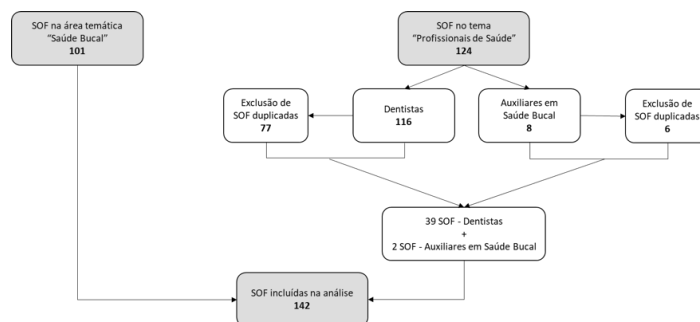


Figura 01. Fluxograma de validação da busca das SOF e aplicação dos critérios de exclusão.

Haddad et al. (2015)⁷ elaboraram uma classificação de áreas temáticas de SOF. Para este estudo, as autoras propuseram uma adaptação dessa classificação. Foi criada uma nova categoria “Diagnóstico e Tratamento”, e as categorias “Saúde Mental”, “Saúde da Família” e “Saúde do Adolescente” foram excluídas, pois as SOF analisadas não abordavam essas áreas. Já as classificações “Atenção Primária à Saúde” e “Saúde Bucal” foram excluídas, considerando que todas as SOF eram classificadas nessas categorias.

As SOF também foram classificadas de acordo com o Núcleo de Telessaúde responsável pela elaboração e ano de publicação.

Duas pesquisadoras avaliaram as SOF de modo independente. Se a classificação não fosse unânime, uma terceira pesquisadora realizava a classificação, levando em consideração as respostas dadas e a discussão com as demais pesquisadoras estabelecendo um consenso sobre a categoria final da SOF.

Os dados coletados foram organizados em banco de dados no software Microsoft Excel® 2018 (Versão 16.16.3 para MacBook) e foi realizada análise estatística descritiva.

Resultados

Percebe-se que, dentro da equipe de saúde bucal, a grande maioria das SOF (93,5%) foram solicitadas por cirurgiões-dentistas e que cerca de 66,9% das SOF estavam em duplicidade, ou seja, podiam ser localizadas por meio dos dois filtros.

A classificação das 142 SOF relacionadas à Saúde Bucal está apresentada na **Tabela 1**. Verifica-se que 58% das SOF analisadas estavam relacionadas ao processo de diagnóstico, tratamento ou ambos. Já 15% estavam associadas ao processo de trabalho na APS. A promoção de saúde e prevenção foram tratadas em 9% das SOF. Cerca de 13% das SOF abordavam dúvidas sobre a saúde materno-infantil, público preferencial dos serviços de saúde bucal. Exemplos de dúvidas recorrentes na área de saúde materno-infantil foram: “Quais anestésicos bucais podem ser usados na gravidez?”, “Quais analgésicos e anti-inflamatórios podem ser usados em gestantes?”, e “Qual antibiótico e anti-inflamatório de eleição para casos de infecção dentária em pacientes gestantes?”.

Classificação das SOF em Saúde Bucal	N	%
Tratamento	59	42
Processo de trabalho relacionado à APS	22	15
Diagnóstico	13	9
Promoção de Saúde e Prevenção	13	9
Saúde da Criança	11	8
Diagnóstico e Tratamento	10	7
Cuidado à Saúde da mãe e da criança	7	5
Enfermagem	2	1
Saúde do Idoso	2	1
Saúde da Mulher	1	1
Saúde do Adulto	1	1
Saúde do Homem	1	1
Total	142	100

Tabela 1. Distribuição das Segundas Opiniões Formativas em Saúde Bucal de acordo com classificação adaptada de HADDAD et al. (2015)⁷, BVS/APS, Brasil, 2018

A distribuição das SOF por Núcleos de Telessaúde está apresentada no **Gráfico 1**. Uma SOF não foi contabilizada nesta análise, visto que não foi indicado o Núcleo de Telessaúde responsável pela elaboração. A elaboração de SOF é uma das atribuições dos Núcleos de Telessaúde, porém, observa-se que apenas 43,5% (10) dos núcleos publicaram SOF no período estudado e que o núcleo de Telessaúde do Rio Grande do Sul lidera a publicação de SOF relacionadas à Saúde Bucal (58,87%), seguido do núcleo de Telessaúde do Espírito Santo (10,64%).

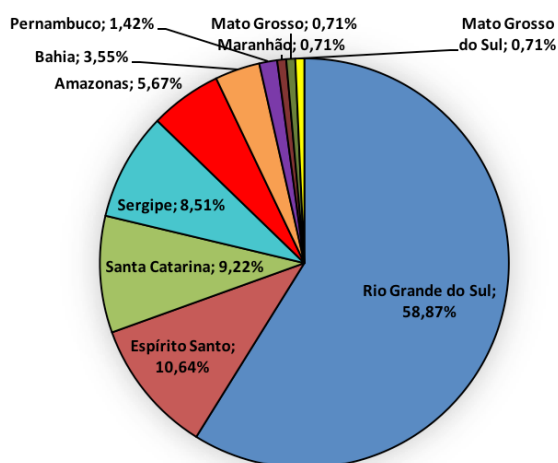


Gráfico 1. Distribuição de Segundas Opiniões Formativas publicadas por Núcleo de Telessaúde, BVS/APS, Brasil, 2018

A distribuição das SOF sobre saúde bucal por ano de publicação está representada no gráfico 2. A análise abordou o período de 2007 até 2018. O ano de 2010 foi o de maior publicação (28,16%), seguido de 2009 (20,42%), em 2017, 14,07% de SOF foram publicadas e em 2018 11,97 até o período do fim deste estudo. Nos anos 2007, 2008, 2014, 2015 e 2016 foram os que ocorreram menor percentual (<10%) de publicação das SOF em saúde bucal. Observa-se também a ausência de publicações sobre a temática analisada nos anos de 2011 e 2012.

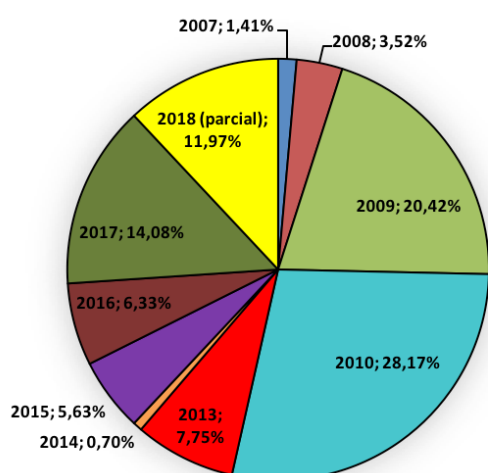


Gráfico 2. Distribuição de Segundas Opiniões Formativas em Saúde Bucal por ano de publicação, BVS/APS, Brasil, 2018

Discussão

As SOF foram criadas como uma estratégia dentre as ações de Teleeducação para estabelecer mais um vínculo entre universidades e os serviços de saúde, transformando em um novo formato a evidência científica produzida, beneficiando os profissionais de saúde com respostas sobre os questionamentos da prática clínica⁸. Desta forma, as SOF apresentam um relevante papel pedagógico já que atuam como mais um instrumento de educação permanente contribuindo para capacitação dos profissionais da Atenção Básica do SUS.

O processo de produção de uma SOF é complexo. Resultante de uma dúvida apresentada na Teleconsultoria, uma SOF passa por um criterioso processo de avaliação. Primeiramente, quanto à sua relevância para a APS, posteriormente, se foi realizado um levantamento bibliográfico relacionando às melhores evidências científicas e clínicas disponíveis. A relevância é definida num processo de revisão por pares, ou seja, mais de uma pessoa avalia o conteúdo da Teleconsultoria. Se pertinente, são elaboradas as SOF, que são publicadas na BVS/APS⁹. No monitoramento do programa que foi conduzido pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde de janeiro de 2008 a março de 2011, foram contabilizadas 56.076 teleconsultorias de todas as áreas, enquanto estavam disponibilizadas apenas 643 SOF no portal¹⁰. Esse achado pode revelar que nem todas as teleconsultorias apresentam potencial para a geração de uma SOF, mas percebe-se uma grande discrepância entre o número de teleconsultorias realizadas e SOF publicadas. Dessa forma, acredita-se que a produção e publicação de SOF deva ser incentivada.

Considerando que a grande maioria de SOF foram solicitadas por cirurgiões-dentistas, se coloca como necessário a expansão desse recurso de educação permanente para as demais categorias que compõem a equipe de saúde bucal na APS.

As dúvidas apresentadas e respondidas pelas SOF sobre diagnósticos, tratamentos e medidas de prevenção em saúde bucal estão diretamente ligadas aos princípios de integralidade da atenção à saúde e de resolutividade na APS. O atendimento na Unidade Básica de Saúde é destinado à prevenção de doenças e agravos, e deve se assegurar o diagnóstico correto à população, promovendo uma organização do sistema para prestar apoio diagnóstico e terapêutico¹⁰. A recorrência de dúvidas sobre alguns tópicos como a abordagem da gestante e da criança foi observada demonstrando a necessidade de elaboração de diretrizes clínicas e protocolos destinados à APS. Um processo de sistematização de SOF por meio de aplicativos digitais para celulares e tablets poderia ampliar o acesso à essas informações pelos profissionais da APS.

Ao se analisar a produção por Núcleo de Telessaúde, verifica-se que somente dez núcleos publicaram SOF na BVS/APS, no período analisado. Observa-se, dentre eles, a presença de quatro núcleos estabelecidos durante o projeto piloto do Telessaúde: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas e Pernambuco. A maior frequência de publicação das SOF foi realizada pelo Núcleo de Telessaúde do Rio Grande do Sul. As SOF relacionadas ao tema Saúde Bucal tiveram suas publicações iniciadas em 2007 por esses núcleos, que consolidaram suas atividades em Telessaúde desde a implementação do programa. Esses resultados denotam a necessidade de ampliação da produção de SOF contextualizada às características epidemiológicas da população e da organização dos serviços de saúde bucal por toda a rede de Núcleos de Telessaúde.

A ausência de SOF publicadas sobre a temática Saúde Bucal, nos anos de 2011 e 2012 e a baixa porcentagem em 2013 (7,74%) podem ser decorrentes da menor demanda pelas teleconsultorias e, segundo Marcolino

(2014)¹¹, em 2012, houve uma queda da utilização de teleconsultorias, em consequência da alta rotatividade de profissionais de saúde no Serviço de Saúde Pública no Brasil, devido às eleições municipais.

Conclusões

Esse estudo contribuiu para mapear a publicação de SOF em Saúde Bucal na BVS/APS relevando a importância e a abrangência dessa ferramenta de educação permanente dos profissionais de saúde e para a qualificação da atenção à saúde da população. A concentração de produção de SOF em poucos Núcleos de Telessaúde demanda uma ação indutora por parte do Programa Telessaúde Brasil Redes para sua ampliação para os demais Núcleos. A identificação dos temas recorrentes das SOF aponta para a necessidade de criação e ampla divulgação de protocolos e diretrizes clínicas e de gestão do cuidado em saúde bucal. Revela ainda as lacunas de temas não abordados e as novas potencialidades para elaboração de SOF no campo da Odontologia.

Nenhum conflito de interesse a declarar. ■

Referências:

1. Ferreira LAQ, Silva VMP, Senna MIB, Pinto RS, Peixoto RTRC, Lucas SD. Teleodontologia em Minas Gerais: situação atual e desafios. *Revista Latinoamericana de Telessaúde*. 2018; 5: 39-46.
2. Ministério da Saúde. Portaria no 35, de 4 de janeiro de 2007. Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Telessaúde. *Diário Oficial da União* 2007; 5 jan. Disponível em <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/fevereiro/13/portaria35-04012007.pdf>. Acesso em: 16/11/2018.
3. Curioni CC, Brito FSB, Boccolini CS. O uso de tecnologias de informação e comunicação na área de nutrição. *J Bras Tele*. 2013; 2(3): 103-111.
4. Ministério da Saúde. Portaria no 2546, de 27 de outubro de 2011. Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes). *Diário Oficial da União* 2011; 27 out. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2546_27_10_2011.html. Acesso em: 16/11/2018.
5. Lucena AM, Couto EAB, Garcia VS, Alkimim MBM, Marcolino MS. Teleconsultorias de fonoaudiologia em um serviço público de telessaúde de larga escala. *Rev CEFAC*. 2016; 18(6): 1395-1403.
6. Alkimim MBM, Maia JX, Marcolino MS, Cunha LR, et al. Nove Anos de Experiência em Teleconsultorias para Atenção Primária. In: Mathias I, Monteiro A. *Gold book: inovação tecnológica em educação e saúde*. 2012.224-240. Disponível em <http://www.telessaude.uerj.br/resource/goldbook/pdf/14.pdf>. Acesso em: 27/10/2018.
7. Haddad AE, Skelton-Macedo MC, Abdala V, et al. Formative Second Opinion: Qualifying Health Professionals for the Unified Health System through the Brazilian Telehealth Program. *Telemedicine and e-HEALTH*. 2015; 21(2): 138-142.
8. Haddad AE. Experiência Brasileira do Programa Nacional Telessaúde Brasil. In: Mathias I, Monteiro A. *Gold book [on-line]: inovação tecnológica em educação e saúde*. 2012. 12-44. Disponível em <http://www.telessaude.uerj.br/resource/goldbook/pdf/2.pdf>. Acesso em: 17/11/2018.
9. Haddad AE, Macedo MCS, Castro Filho ED, et al. Formative Second Opinion: Qualifying Primary Health Care in Brazil. *Global Telemed eHealth Updates: knowledge Resources*. 2010; 3:546-50.
10. Shimazaki ME. *A Atenção Primária à Saúde*. Belo Horizonte: 2009; p.10-16.
11. Marcolino MS, Alkimim MB, Assis TGP, Sousa LAP, Ribeiro LAP. Teleconsultorias no apoio à Atenção Primária à Saúde em municípios remotos no estado de Minas Gerais, Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2014; 35 (5/6): 345-352.